

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS GESTORES DAS ESCOLAS INTEGRAIS DE PERNAMBUCO E O SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO EDUCACIONAL NO PROGEPE: APONTAMENTOS¹

Paulo Bruno José Ferreira de Brito (UFPE – BRASIL)
E-mail: paulo.fbrito@ufpe.br

Ana Lúcia Félix dos Santos (UFPE– BRASIL)
E-mail: ana.fsantos@ufpe.br

Introdução

Ao propor investigar como se estabeleceu a formação continuada dos gestores das escolas integrais de Pernambuco trazemos à cena o fato de a política de educação integral do estado existir há 14 anos, a partir da Lei Complementar 125 de 10 de julho de 2008, e de ter se consolidado chegando à universalização do acesso no ano de 2022. Um fator agregado ao percurso dessa política é a frequente associação do seu sucesso aos resultados alcançados nos indicadores educacionais, especialmente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No discurso institucional é bastante explorada a performance do Ensino Médio que em 2007 estava em 21º lugar e alcançou a primeira posição em 2015, assim como o fato de que, até a aferição de 2019, o estado nunca deixou de cumprir a meta estabelecida pelo MEC.

Essa política traz no seu bojo inovações no currículo, ampliação do tempo pedagógico dos estudantes, proposta de formação integral pautada na educação interdimensional, ênfase no protagonismo juvenil, gratificação para os profissionais que trabalham com dedicação exclusiva entre outros elementos que compõem um modelo de gestão e pedagógico específicos.

Como ponto de partida, entendemos que para essa política lograr sucesso, essas especificidades do modelo de gestão e pedagógico tiveram que ser informadas às escolas, e o gestor é uma peça-chave nesse processo, já que ele lidera o trabalho naquele microespaço da política educacional. Aqui, no entanto, delimitaremos nossa análise a essa

¹ Financiado pelo Programa de Bolsas de Pós-Graduação da FACEPE.

interface da formação continuada desses gestores com os processos avaliativos pelos quais a rede estadual de Pernambuco passa.

As escolas integrais e o sistema de responsabilização educacional de Pernambuco

Em 2004, surge o Centro de Educação Experimental Ginásio Pernambucano, gerido numa parceria público-privada, coordenado pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Essa iniciativa se deu no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental (CEE) e até o ano de 2007 perfizeram 20 CEE distribuídos no estado. Essas escolas tinham na sua gênese o ideal empresarial de serem centros de resultados. A partir de 2008, essa iniciativa tornou-se política pública e passou a se expandir chegando, no ano de 2022, a ofertar 75% de todas as vagas para o Ensino Médio em tempo integral com 576 escolas, o que se traduz em universalização do acesso dos jovens ao Ensino Médio em tempo integral no estado.

Durante o período de expansão dessa política, também se desenvolveu na rede estadual o Programa de Formação de Gestor Escolar (PROGEPE), tendo sua primeira edição em 2012, reeditado posteriormente em 2017 e 2019. O PROGEPE tinha o objetivo de desenvolver “ações diagnósticas, formativas e avaliativas, contribuindo para a formação de líderes escolares que contribuam com a melhoria da qualidade da educação” (PERNAMBUCO, 2012). Ele também é o crivo para os professores que pretendem concorrer à função de gestor escolar, assistente de gestão e gestor adjunto, devendo se submeter ao processo formativo (curso) e de certificação (avaliação ao final do curso) para então se tornar apto a participar das etapas de consulta à comunidade ou seleção.

Neste caso, o PROGEPE assume uma centralidade no quesito formação continuada dos gestores escolares da rede estadual de ensino e, portanto, podemos depreender que ele teve o papel de comunicar as estratégias que a rede tinha/tem para operacionalizar no interior das escolas. Partindo desse pressuposto, voltemos nosso foco ao tema da avaliação e fazendo uma análise dos temas dos módulos de cada edição do curso para entender o lugar da avaliação nesse material instrucional e formador daqueles que lideram o processo educacional no interior das escolas da rede.

As três edições do curso contaram com um módulo sobre este tema: *Monitoramento e Avaliação dos processos de ensino e aprendizagem* (2012),

Monitoramento e Avaliação (2017) e *Monitoramento e Avaliação da Educação* (2019). Além disso, outros módulos no mesmo campo de sentido compõem o curso em cada edição, a saber: *Políticas de Responsabilização Educacional* (2012); *Gestão por Resultados, Planejamento Estratégico* (2017), *Gestão por Resultados na Educação e Planejamento Estratégico* (2019).

O conteúdo do PROGEPE revela, já à primeira vista, através do seu vocabulário, o caráter colonizador das reformas educativas (ALMEIDA, 2015) que ganharam força nos anos 1990 através da atuação de organismos multilaterais e foram se sofisticando nas décadas seguintes. Esse vocabulário também acaba por revelar o nível de organização do sistema de responsabilização educacional do estado, que inclui, de acordo com o estudo de Bonamino e Souza (2012, p.382),

a condução anual do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), a ampla divulgação de seus resultados, avaliações bimestrais de estudantes por notas e o monitoramento bimestral de indicadores educacionais de cada escola da rede estadual por meio de um sistema informatizado.

Esse sistema, comum a todas as escolas da rede estadual, foi compatível com a missão das escolas integrais em serem centros de resultados, agora com um reforço estrutural e conseqüentemente cultural instalado nas escolas estaduais com a pactuação de metas verificadas por indicadores de processos e de resultados.

Por outro lado, vemos que só a partir de 2017 é incluído um módulo do curso versando sobre *Educação Integral e Profissional*. Ou seja, em 2012, mesmo com 217 escolas integrais na rede, não houve conteúdo disponibilizado aos que estavam se qualificando a uma vaga de gestão nessas escolas sobre o seu modo específico de funcionar.

McMeekin (2012) ao discorrer sobre a necessidade de promover sistemas de *accountability* educacional assinala que para isso

deve haver capacidade e vontade política para explicar e “vender” o programa – o que inclui o envolvimento de professores e diretores de escolas em sua concepção e implementação – e monitorar o progresso e fazer mudanças e adaptações durante o processo de implementação (p. 42).

Em 2012, portanto, a secretaria não “vendeu” o modelo de funcionamento das escolas integrais que estavam em franca expansão. A Educação Integral e Profissional (esta última também é oferecida em Pernambuco em tempo integral) veio ter espaço nesse

portfólio de “produtos” mais tarde, nas edições de 2017 e 2019, como anunciado anteriormente.

Se considerarmos ainda McMeekin (ibid.), esse espaço maior dado aos dispositivos de *accountability* na formação dos gestores escolares da rede, possa se justificar no fato de que “de todos os programas de reforma, a responsabilização pode exigir as explicações mais claras e persuasivas e os esforços de implementação mais inteligentes e diligentes”.

Por fim, cabe trazer uma reflexão sobre o perfil de gestor escolar que o PROGEPE tem buscado desenvolver, e que ao analisarmos o seu conteúdo, teremos as pistas para entender a ênfase dada nos aspectos gerenciais que se espera da atuação desse agente no seio das escolas, o que se coaduna com o sistema de responsabilização educacional implantado.

Considerações Finais

Como é possível perceber, a avaliação tem um papel marcante em todas as edições do PROGEPE, o que quer dizer que as escolas integrais do estado, que também são orientadas por esse material institucional, têm recebido reforços no ideal de continuar a serem centros de resultados. Outrossim, em que pese a questão de essas escolas terem se tornado o epicentro das atenções da política educacional do estado, bem como dos outros setores que se ocupam desse campo, as cobranças recaem de forma mais contundente sobre elas, até porque oferecem mais tempo de aula e se apresentam desde o início como diferenciadas no processo educativo que empreendem.

Um descompasso é percebido quanto aos esforços empreendidos em comunicar o modelo de gestão e pedagógico dessas escolas, já que o tema entrou apenas a partir da segunda edição do PROGEPE, a despeito da temática de avaliação e seus temas auxiliares, que têm grande espaço nesse curso desde a sua primeira edição, o que nos leva a entender a ênfase que tem sido dada na construção de um perfil de gestor escolar, cuja liderança se estabeleça com fulcro no atingimento de metas através do monitoramento de indicadores e aplicação de avaliações standardizadas.

Por fim, entendemos que pesquisar sobre a formação continuada dos gestores das escolas integrais de Pernambuco deverá nos levar a investigar se outras fontes ou

estratégias foram utilizadas no processo de “venda” desse modelo de gestão e pedagógico àqueles que tiveram e têm a missão de gerir essas escolas e suas especificidades.

Referências

ALMEIDA, M. de L. P. de. Políticas de educação e avaliação por desempenho e performance na América Latina: uma discussão sobre o perfil do Estado Avaliador. In: JEFFREY, D. C. (Org.). **Política e Avaliação Educacional: interfaces com a epistemologia**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

MCMEEKIN, R. W. Hacia una comprensión de la accountability educativa y cómo puede aplicarse en los países de América Latina. In: Corvalán, J.; McMeekin, R. W. (orgs.) **Accountability educacional: posibilidades y desafíos para América Latina a partir de la experiencia internacional**, 2006.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 38.103, de 25 de abril de 2012**. Regulamenta os critérios e procedimentos para realização de processo de seleção para função de representação de diretor escolar e diretor adjunto das escolas estaduais, e dá outras providências.